

Coluna: PIAUÍ PRESENTE

PIAUÍ, 2017 – PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS: POBREZA E DEPENDÊNCIA

Antonio José Medeiros

Sociólogo, professor aposentado da UFPI

Relembrando alguns pontos do artigo da semana passada para compor o quadro de referência da análise do PIB per capita dos municípios piauienses:

a) o Brasil com PIB per capita de R\$ 31.833,00 está no nível dos países em desenvolvimento; o Piauí com R\$ 14.089,00 está no nível dos países subdesenvolvidos;

b) há uma grande desigualdade entre os PIBs per capita dos municípios do Piauí - o menor PIB per capita de R\$ 5.340,00 do município de Fartura do Piauí representa apenas 8% do maior de R\$ 65.544,00 do município de Baixa Grande do Ribeiro;

d) dos 224 municípios piauienses, nove têm o PIB per capita maior que a média nacional; 10 têm o PIB per capita maior que a média estadual; 143 municípios, ou 63% do total, têm um PIB per capita entre R\$ 14.000,00 e 7.000,00 e 63, ou 28% do total, estão abaixo de R\$ 7.000,00, menos da metade da média estadual.

Os municípios com os maiores PIB per capita eram os centros comerciais regionais; nos últimos 20 anos, passaram a ocupar essa posição também os municípios do agronegócio, nos Cerrados; em 2017, a novidade é que começam a marcar presença os municípios das energias renováveis.

Convertendo o PIB per capita em dólares, os municípios com PIB per capita em torno de R\$ 7.000,00, equivalente a US\$ 2.000, estão no nível de 54 países-membros da ONU, considerados muito pobres.

No Piauí, os municípios que têm os menores PIB per capita estão na faixa dos R\$ 5.000,00 por ano. São sete: Lagoa de São Francisco – R\$ 5.999,00; Curralinhos – R\$ 5.987,00; Madeiro - 5.954,00; São João do Arraial – R\$ 5.910,00; Campo Largo do Pi - 5.830,00; Cabeceiras do Pi – R\$ 5.677,00; e Fartura do Pi – R\$ 5.340,00. Seu PIB per capita equivale a US\$ 1.600; 46 países estão desse nível pra baixo, todos da África e da Ásia; da América entra apenas o Haiti. A Índia está nessa faixa, mas é um caso especial.

Precisamos qualificar esse quadro: a semelhança entre os municípios piauienses e esses países parece ser mais na produtividade, pois os municípios mais pobres do Piauí e do Brasil com certeza têm acesso a mais serviços públicos e contam com mecanismos de transferência de renda e proteção social que os países mais pobres da África e Ásia não possuem.

Os municípios mais pobres adicionam pouco valor ao PIB nos setores da agropecuária e da indústria; adicionam um pouco mais ao setor de serviços e comércio; e o principal setor na composição do volume de seu PIB é o setor Administração Pública e Seguridade Social. Essa dependência da transferência de recursos se estende para um número grande de municípios do Piauí. Aliás, os dois municípios com maior dependência do setor Administração e Seguridade não estão

entre os sete de menor PIB per capita; em 2017, são: Juazeiro do Piauí – 77,1% e Santo Antônio dos Milagres – 75,9%.

Falamos em dependência porque o percentual do setor Administração e Seguridade na composição do PIB indica que a maior parte do dinheiro que circula no município vem das transferências federais (FPM, FUNDEB e fundos do e do SUAS) ou de outros programas sociais, bem como das aposentadorias e pensões, em especial a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O número é preocupante: em 160 municípios, ou seja, 71% do total, mais de 50% do PIB municipal depende do setor público e da previdência. Estão nessa situação até municípios como Barras, José de Freitas, Luzilândia, Miguel Alves, Pedro II e União.

Do outro lado, os municípios com menor peso do setor Administração e Seguridade no PIB são: Ribeiro Gonçalves – 9,2%; Guadalupe – 8,4; Uruçuí – 7,9; e Baixa Grande do Ribeiro e Curral Novo do Piauí – 7.3%.

É importante analisar bem esse ponto, tanto para entender a dinâmica das políticas sociais, como para perceber a importância dos municípios se envolverem nas políticas econômicas de crescimento e mudança da composição do PIB. Sem alteração na composição do PIB, o IDHM terá grande vulnerabilidade na dimensão Renda.

As políticas sociais tem como base o número de habitantes. Se consideramos a distribuição per capita da parte do PIB dos municípios correspondente ao setor Administração e Seguridade, vamos constatar que quase todos têm entre R\$ 4.000,00 e R\$ 5.000,00 de recursos públicos per capita transferidos. Isso vale para o Brasil todo.

No Piauí, por exemplo, Administração e Seguridade (AdmSeg) contribui com R\$ 54,8 milhões para o PIB de Baixa Grande do Ribeiro; dividindo esse valor por seus 11.586 habitantes, teremos R\$ 4.735,00 transferidos por habitante. É a mesma situação hoje para Curral Novo: dividindo os R\$ 22,0 milhões do setor AdmSeg por 5.343 habitantes, teremos a transferência de R\$ 4.1341,00 por habitante. Isso vale para Uruçuí, Guadalupe e Ribeiro Gonçalves, onde AdmSeg representa menos de 10% do PIB.

Teresina também é um bom exemplo: o setor AdmSeg com R\$ 3,635 bilhões representa 19% do seu PIB; dividido por seus 864.845 habitantes temos R\$ 4.203,00 transferidos por habitante.

No extremo oposto, a média de reais transferidos por habitantes é a mesma para os mais dependentes desses recursos: Juazeiro do PI: R\$ 23,8 milhões divididos por 5.489 habitantes, dá R\$ 4.335,00; Santo Antônio dos Milagres – R\$ 9,8 milhões divididos por 2.161 habitantes, dá R\$ 4.565,00 e Campo Largo – R\$ 30,0 milhões divididos por 7.279 habitantes, dá R\$ 4.128 transferidos.

Em resumo, não se trata de reduzir os recursos que a previdência e as políticas sociais garantem. Mas de aumentar o peso da contribuição da agropecuária, da indústria e dos serviços para o PIB municipal. E isso só acontecerá se os municípios se envolverem nas políticas econômicas junto com a União e os Estados. Vamos debater isso nas eleições deste ano de 2020.